



Licenciado sob uma licença Creative Commons

ISSN 2175-6058

DOI: <http://dx.doi.org/10.18759/rdgf.v23i2.2215>

EDITORIAL

CELEBRAR O PRESENTE, CONSTRUINDO O FUTURO: A DIGNIDADE HUMANA ENTRE A POLÍTICA E O DIREITO

No ano em que celebramos 20 anos de atividades na convergência do ensino, da pesquisa e da extensão, para formação de líderes cidadãos e cidadãos, a Revista de Direitos e Garantias Fundamentais consolida sua posição dentre os mais qualificados periódicos científicos nacionais, ampliando sua inserção global.

Na riqueza da diversidade de pensamento, a Revista de Direitos e Garantias Fundamentais encontra no coeficiente do respeito às diferenças sua posição de credibilidade e de integridade necessárias a vocalizar ímpar interlocução entre academia, sociedade civil, governo e indústria. Uma visão orientada às nuances e sensibilidades da Geopolítica quanto às suas expressões - Política, Econômica, Defesa nacional, Ciência e Tecnologia e, a mais preponderante, sua expressão Psicossocial, para as quais o Direito é inegavelmente transversal, e a proteção dos Direitos Humanos sua pedra angular.

A força gravitacional dos Direitos e Garantias Fundamentais habita a mútua compreensão entre liberdade e igualdade no recorte das escolhas políticas de uma sociedade, exteriorizada na forma jurídica como sendo o único meio legítimo a instrumentalizar toda domesticação à violência.

Não por acaso que na permanente tensão entre livre iniciativa e respeito à cidadania, no alcance e experimentação de uma existência digna, torna-se um dever ético o comunicativo uso e ocupação da razão pública, para quem quer que se ponha na posição de ser, ou intérprete autêntico do Direito, ou um representante do soberano - o povo - na arquitetura das instituições democráticas.

Os últimos anos, para nós brasileiras e brasileiros, a sacralização do profano, cindindo a estrutura de um Estado Laico, e a profanação do Direito por sua colonização do mercado, contemporânea ao esvaziamento substantivo de conceitos jurídicos e de princípios gerais do Direito, que são antes de tudo, bases a realizarem sua estabilidade funcional, tem promovido, para além de ameaças verbais ao regime político, a alimentação para extremismos nacionalistas tendentes ao sectarismo como antítese à cláusula pétrea da unidade do Federalismo abraçado há trinta e quatro anos, com a vigente Constituição.

Certamente que, seja o governo, seja o mercado, seja o representante político ungido pelo sufrágio universal, qualquer destes não pode esperar compreensão do soberano - o povo - se sua conduta for incoerente. Dito de maneira direta, transparência, coerência e integridade não são elementos renunciáveis para nós que exercemos funções públicas. Ao contrário, são inalienáveis elementares da ontologia das funções públicas, sejam as vinculadas ao Poder Legislativo, ao Poder Executivo ou subordinadoras do Poder Judiciário, ao Ministério Público ou para a advocacia pública ou privada. Aliás, uma cidadania torna-se resistente e estável à medida que pessoas livres e iguais assumem essas elementares como seus valores fundamentais.

Dessa perspectiva, tanto a vida analógica quanto as relações no âmbito virtual, ambas requerem os mesmos compromissos republicanos e postura diante do outro.

Estamos no tempo histórico de ressemantização da igualdade concreta de gênero, do enfrentamento efetivo ao racismo e à desinformação.

Estamos na quadra da vida em que solidariedade não é mais uma opção; mas, é um dever de autopreservação da sociedade, cujas fraturas morais fazem emergir uma violenta insegurança alimentar sufocando mais de 30 milhões, e sucumbir de fome metade dessas milhões de pessoas.

Estamos no segundo tempo do jogo da vida em que a racionalidade se vê subvertida pelo ódio, pelas paixões e uma horrenda falta de compaixão.

Vivemos um tempo de banalização do mal em suas fronteiras, porque não dizer, para além de um holocausto, pois, já naturalizamos a eliminação do outro, seja pelo seu apagamento político, seja pela subreptícia subtração da validade dos fundamentos jurídicos, ou pelo vil capricho do sentimento de vitória.

No mundo as estatísticas apontam mais de 85 milhões de deslocados forçados. Seres humanos que sequer guardam em si o sentimento ou a referência de um lugar seu para regressar. São pessoas desarraigadas de sua história natal.

No Brasil uma endêmica violência contra a mulher, o negro e o assalariado. A informalidade laboral passou a encarnar o novo empreendedor, já não mais dono de si mesmo.

A pandemia Covid-19 tornou-se para muitos sua companheira inseparável; e, no desencontro entre amparo e assistência sanitária, apenas um eco calado fundo na perda de muitas vidas. Contudo, cabe-nos continuar essa crônica e desenhar uma nova paisagem, movida de esperança, com razão, sensibilidade e luta renhida pela concretização dos Direitos Humanos.

Uma observação de esperança repousa no resultado do processo eleitoral majoritário. Contudo, não podemos cair na armadilha de depositar nessa expectativa toda nossa confiança sem o exercício necessário da fiscalização e do acompanhamento do governo, e das decisões e das escolhas políticas, exigindo ações de recuperação do sentido e do funcionamento do Estado Democrático de Direito, ao tempo em que o exercício

de empatia pela figura humana, no contemporâneo e forte combate às manifestações facistas, tornam-se deveres cívicos.

E, por todos esses recortes a Revista de Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória se faz ler, provocar e instigar o debate científico crítico, reafirmando o compromisso institucional com o responsável, ético e livre pensar.

Parabéns comunidade FDV! “A vida é combate que os fracos abate, mas aos bravos e fortes só faz exaltar.”, *Gonçalves Dias*.

Cássius Guimarães Chai

Professor Permanente PPGD/FDV Direitos e Garantias Fundamentais
Tutor da Disciplina Geopolítica, Criminologia e Desenvolvimento
Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão